

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.682 - GO (2019/0129900-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
AGRAVADO : ARYSTON ALMEIDA TELES
ADVOGADO : GILBERTO PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - GO007391
AGRAVADO : MAGAIVER HERNANDES SOUZA LIMA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS** contra decisão que não admitiu recurso especial ofertado de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Sustenta o *Parquet*, nas razões do recurso especial, violação do artigo 157, § 2º, II, do Código Penal.

Requer o restabelecimento da sentença que condenou os agravados pelo delito de roubo, à alegação de que "a bolsa foi retirada violentamente da posse da vítima" (e-STJ, fl. 556), estando, pois, caracterizada a violência, sendo "imprópria a desclassificação do fato para furto" (e-STJ, fl. 558).

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 604-611; 623-631; e 637-644).

O recurso foi inadmitido com fundamento na Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 646-647).

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do agravo para que o recurso especial seja desprovido (e-STJ, fls. 688-690).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece prosperar.

O Tribunal *a quo* tipificou a conduta dos agravados como incursos nas sanções do crime de furto qualificado, com a seguinte fundamentação:

"Em seguida, prospera a desclassificação pretendida.

Registre-se que a materialidade e autoria do roubo a Cláudia estão demonstradas pelo auto de prisão em flagrante (fls. 07/19), de exibição e apreensão (fls. 32) e depoimentos (fls. 309).

Os policiais apenas relatam a prisão dos acusados.

Aryston confessa a prática delitiva.

Acrescenta que ele e Magaiver estavam usando entorpecentes e decidiram sair para conseguir mais, no percurso depararam com a vítima; Magaiver estava na garupa, desceu e tomou a bolsa dela; ato contínuo, evadiram. Não estavam armados.

Magaiver também assume a conduta e esclarece que não falou nada para a vítima, apenas pegou os objetos e foi embora.

Cláudia declara que não viu arma; um deles permaneceu na motocicleta e o outro a abordou; "anunciou o assalto em voz baixa, sem tocar, agredir ou falar alto ou portar alguma arma" ('SIC); estava com as mãos vazias; ele puxou a carteira e o celular das mãos dela e evadiu. Aryston falou tão baixo que ela "nem

entendeu" (SIC), não a ameaçou; o condutor da motocicleta não fez nada.

Pelos depoimentos acima, verifica-se que não restou configurado o emprego de violência ou grave ameaça. Dessa forma, denota-se que a ação foi rápida, sem utilização de armas, a ponto de não haver reação e, menos ainda, produzir outro dano que não a subtração do bem.

Por tais considerações, tenho que a conduta dos apelantes enquadra-se no tipo previsto no artigo 155, § 4º, inciso IV, do Estatuto Penal. Confira-se:

APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO. IN DUBIO PRO REO. SENTENÇA MANTIDA. 1) Não demonstrado o emprego de grave ameaça ou violência, impõe-se a manutenção da sentença desclassificatória para o crime de furto. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJGO, AC 252888-41.2014.8.09.0164, DES. NICOMEDES DOMINGOS BORGES, 1ª CAMARA, DJe 2272 de 22/05/2017)

Desta forma, a nova capitulação do fato descrito na denúncia é medida necessária, desclassificando a conduta para o delito de furto qualificado pelo concurso de agentes" (e-STJ, fls. 537-539, grifou-se).

O acórdão combatido entendeu pela inexistência de violência na conduta dos agravados, justificando, pois, a tipificação de suas condutas no delito de furto qualificado. Assim, para desconstituir o entendimento firmado pelo Tribunal de origem e decidir pela condenação dos recorridos como incursos nas sanções do crime de roubo majorado, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, procedimento vedado na via especial, conforme o teor da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c/c art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator